SOBRE A FEITURA DA MICRO-HISTÓRIA

José D' Assunção Barros[1]

Resumo: Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à Micro-História, considerada aqui mais como uma especialidade e abordagem do que como uma corrente da historiografia recente. São discutidos aspectos diversos, incluindo as abordagens de que dispõem os micro-historiadores para o tratamento de suas fontes históricas e as novas maneiras de apresentar o texto historiográfico que foram introduzidas na historiografia recente pela Micro-História. Busca-se definir com maior precisão este campo da historiografia, contrastando-o com a Macro-História tradicional e distinguindo-o de outras especialidades em que hoje se divide a Historiografia profissional.
Palavras-chave: micro-história, análise intensiva, novos padrões narrativos.

Abstract: This article attempts to clarify and discuss some aspects related to Micro-History, which are considered here to be more of an specialty and an approach than as a current of recent historiography. The aspects to be discussed are diverse, and include the approaches at the disposal of micro-historians in the treatment of their historical sources and the new ways of presenting the historiographical text that have recently been introduced by Micro-History. This article also attempts to define with greater precision this field of historiography by contrasting it with traditional Macro-History and by distinguish it from the other specialties which nowadays divide professional Historiography.
Key-words: micro-history, intensive analysis, new historiographical patterns.

A Micro-História é um campo relativamente recente na Historiografia, e ainda hoje gera muitas polêmicas com relação às suas possibilidades de definição. Uma questão complicadora é que a Micro-História começou a desabrochar com um grupo muito específico de historiadores italianos, que tem até os dias de hoje publicação própria (os *Quaderni storici*), e por isto não é raro que se confunda a Micro-História – enquanto nova possibilidade de abordagem historiográfica – com este grupo. Mas veremos a seguir que a Micro-História merece ser tratada de maneira mais ampla, como um novo âmbito de possi-

[1] Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professor de História nos Cursos de Graduação e Mestrado da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras. Autor dos livros *O Campo da história* (2004), *O projeto de pesquisa em história* (2004) e *Cidade e história* (2007), todos publicados pela Editora Vozes. E-mail: jose.assun@globo.com

bilidades historiográficas, e não como uma corrente ou escola dentro da historiografia. O olhar micro-historiográfico, podemos sustentar, pode ser conectado aos mais distintos aportes teóricos, e é assim que ele tem aparecido inclusive na historiografia brasileira das últimas décadas.

Outra confusão sem nenhum fundamento que algumas vezes se faz surge quando se relaciona equivocadamente a *História regional* e a *Micro-História*, apesar de estes serem campos radicalmente distintos no que concerne às suas motivações fundadoras. Vejamos a seguir, para diferenciá-la mais claramente da Micro-História, do que se trata quando se fala em "História regional".

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica (ou, melhor dizendo, uma determinada espacialidade). O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).

Que a região é uma construção do historiador, do geógrafo ou do cientista social que examina uma determinada questão, isto já o sabem de longa monta os historiadores regionais. A região não existe obviamente como espaço pré-estabelecido, ela é construída dentro das coordenadas de uma determinada pesquisa ou de certa análise sociológica ou historiográfica. Por isto, aliás, é preciso que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma "região" – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação. Posto isto, é óbvio que o "espaço", seja este definido como espaço físico ou como espaço social, é uma noção fundamental dentro deste campo de estudos que pode ser enquadrado como História regional.

Enquanto a História regional corresponde a um domínio ou a uma abordagem historiográfica que foi se constituindo em torno da

idéia de construir um espaço de observação sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais (e a recorrência de determinadas contradições sociais, obviamente), já a Micro-História corresponde a um campo histórico que se refere a uma coisa bem distinta: a uma determinada maneira de se aproximar de certa realidade social ou de construir o objeto historiográfico. A Micro-História, sustentaremos aqui, relaciona-se a uma abordagem, mais do que a qualquer outra coisa.

Antes de tudo, é preciso deixar claro que a Micro-História não se refere necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido ou delimitado, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente *a* pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade (não é, por exemplo, a perspectiva da História local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para se atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, pode-se tomar para estudo uma "realidade micro" com o intuito de compreender certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente despercebidos.

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser, desta maneira, o espaço micro-recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar. Se ele elabora a biografia ou a "história de vida" de um indivíduo (e freqüentemente escolherá um indivíduo anônimo) o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame micro-localizado desta vida.

Da mesma maneira, assim como a Micro-História não deve ser confundida com a História regional ao examinar eventualmente um espaço micro-recortado, também não deve ser confundida com o chamado "estudo de caso" ao estudar uma prática social ou uma ocor-

rência, e nem ser confundida com a Biografia histórica ao examinar uma "vida" ou uma trajetória individual. Sempre que toma estes objetos – micro-localidade, prática social, ocorrência histórica, trajetórias individuais entrecruzadas ou vida individual – o micro-historiador está no encalço de algo mais do que estes objetos em si mesmos. A prática micro-historiográfica não deve ser definida propriamente pelo que se vê, mas pelo modo como se vê.

Para utilizar uma metáfora conhecida, a Micro-História propõe a utilização do microscópio ao invés do telescópio. Não se trata, neste caso, de depreciar o segundo em relação ao primeiro. O que importa é ter consciência de que cada um destes instrumentos pode se mostrar mais apropriado para conduzir à percepção de certos aspectos do universo (por exemplo, o espaço sideral ou o espaço intra-atômico). De igual maneira, a Micro-História procura enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, empreendendo para tal uma "redução da escala de observação" que não poupa os detalhes e que investe no exame intensivo de uma documentação. Considerando os exemplos antes citados, o que importa para a Micro-História não é tanto a "unidade de observação", mas a "escala de observação" utilizada pelo historiador, que observa e o modo intensivo como ele observa o seu objeto.

A idéia de que, em muitos casos, a Micro-História examina um campo ou um aspecto reduzido para enxergar mais longe, ou para perceber elementos que escapariam à macro-perspectiva tradicional, merece alguns esclarecimentos adicionais. Poderíamos utilizar aqui uma nova metáfora: a de que o micro-historiador examina "uma gota d'água para enxergar algo do oceano inteiro", contanto que tenhamos uma compreensão muito precisa sobre que esta imagem significa. Suponhamos um oceanógrafo que estivesse investindo em uma possibilidade como esta. Ele se propôs a buscar compreender algo do oceano inteiro a partir de uma minúscula gota d'água extraída deste oceano – será isto possível? A resposta depende obviamente do problema científico que se pretende examinar. Não é possível compreender a fauna marítima examinando uma simples gota do oceano (um peixe não cabe em uma gota d'água). Mas é possível estudar a composição molecular da água a partir de qualquer gota (com exceção, talvez, das gotas extraídas de áreas que sofreram vazamentos de óleo nos acidentes ecológicos que ocasionalmente têm perturbado os noticiários

recentes). Não está sendo defendida aqui nenhuma proposta de que este macrocosmos que é o oceano está essencialmente contido nesse microcosmo que é a gota d'água, ou de que a sociedade inteira está contida em cada um dos seus fragmentos passíveis de serem examinados. Também não se trata de dizer que a micro-análise seleciona um fragmento para amostra (algumas gotas do oceano, por exemplo), para depois proceder a uma generalização das observações com o fito de concluir que o que aconteceu a uma ou mais gotas d'água acontecerá a todas que compõem o oceano (o que seria o método empírico-indutivo tradicional). Na verdade, a Micro-História não trabalha propriamente com generalizações deste tipo. Pelo contrário, as motivações que produziram este novo tipo de abordagem historiográfica são até mesmo um pouco avessas seja às grandes generalizações (tão típicas das antigas utopias historiográficas da "história total"), seja à idéia de que a gota contém o oceano (ou de que o fragmento social contém a sociedade). De que se trata então?

Retomemos a metáfora. Dizíamos que o micro-historiador procura "enxergar *algo* do oceano inteiro através de uma simples gota d'água". Não dissemos que o seu objetivo é enxergar o oceano (ou *todo* o oceano) através de uma gota d'água (este seria um raciocínio do tipo místico: o mundo se reflete em uma flor-de-lótus; ou a sociedade reflete-se por inteiro neste pequeno fragmento que é o homem ou a aldeia). A raiz da metáfora que aqui empregamos para compreender o significado do procedimento micro-historiográfico está alicerçada precisamente neste "algo", nesta partícula utilizada com muita precisão. A idéia é que, embora não seja possível enxergar a sociedade inteira a partir de um fragmento social, por mais que ele seja cuidadosamente bem escolhido, será possível – dependendo do problema abordado – enxergar *algo* da realidade social que envolve o fragmento humano examinado.

Daremos alguns exemplos. Seguiremos um problema típico da História cultural da forma como foi enfrentado por dois autores geniais. Um desses autores é Mikhail Bakhtin, que se tornou importante para o desenvolvimento do campo da História cultural no seio dos estudos marxistas. A História cultural deve ser considerada aqui uma dimensão que se refere ao tipo de enfoque que é buscado pelo historiador (podemos ter outros campos análogos, que também se referem aos enfoques trazidos a primeiro plano, com a História econômica, a

História política, a História demográfica, e assim por diante). O fato de que um trabalho esteja inscrito no âmbito da História cultural, da História política, ou qualquer outro, não impede naturalmente que ele esteja articulado a esta abordagem que é a Micro-História (História cultural, no caso, refere-se à "dimensão social" examinada, Micro-História refere-se a uma determinada 'abordagem historiográfica' que estamos tentando definir mais sistematicamente).

Mikhail Bakhtin – que não deve ser definido como micro-historiador, embora tenha influenciado bastante a obra de Carlos Ginzburg, um dos micro-historiadores mais importantes das últimas décadas – é o grande teórico da circularidade cultural, da polifonia de registros discursivos que pode se esconder em um texto ou enunciação (Bakhtin, 1981). É de certo modo um dos pensadores que abriram a possibilidade de examinar a cultura como algo plural, e os objetos culturais (por exemplo, os textos) como universos complexos a serem desvendados pelo lingüista ou pelo historiador. Bakhtin denuncia, ao longo de todas as suas obras importantes, os limites do pensamento monolítico. Nada mais falso do que a idéia de que Bakhtin investiu em generalizações simplificadoras.

Reagindo contra a dicotomia (esta sim generalizadora) de que existe, na sociedade européia que se afirma a partir da Idade Moderna, uma "cultura oficial" que se opõe a uma "cultura popular" – sendo cada uma destas dimensões culturais bem delimitadas em relação à outra – o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) pretendeu seguir Mikhail Bakhtin na demonstração de que, mesmo que seja possível falar por hipótese na oposição entre uma "cultura erudita" e uma "cultura popular" (ou de um campo cultural erudito em relação a um campo cultural popular) existirá sempre uma "circularidade cultural" envolvida na interação entre estes campos.

Bakhtin, para enxergar esta circularidade cultural, havia escolhido o "fragmento" François Rabelais – intelectual renascentista famoso por obras satíricas de alto teor crítico e que resistiram aos cânones e regras da arte literária vigentes no século XVI. Quis mostrar que o universo de imagens utilizadas por Rabelais em obras como *Gargântua* e *Pantagruel*, conjunto de imagens que ele chama de "realismo grotesco", acha-se perfeitamente posicionado dentro da evolução milenar da cultura popular (BAKHTIN, 1985, p. 03). Em última instância, demonstra que Rabelais, intelectual erudito, filtrou a cultura

popular através de sua obra. Para retomar nossa metáfora da "gota d'água", Bakhtin enxerga através deste "fragmento" que é Rabelais um problema maior, de dimensões oceânicas: o da "circularidade cultural" (noção que está apenas implícita em Bakhtin, mas que em Ginzburg já aparecerá conceitualizada).

Poderíamos dizer que Ginzburg está preocupado com o mesmo problema da circularidade cultural, embora o inverta no que se refere ao sujeito ou pólo escolhidos como campo de observação. O seu "fragmento" é Menocchio, um moleiro herético do século XVI que filtrou diversas obras e proposições pertencentes ao campo da "cultura oficial" para construir uma cosmovisão original que era de algum modo isto: a "cultura oficial" filtrada através de uma experiência perceptiva mergulhada na "cultura popular". O seu "fragmento" – a trajetória de um moleiro herético perseguido pela Inquisição na Itália do século XVI – permitiu-lhe acessar esta questão que afeta toda a sociedade (GINZBURG, 1998).

Cada indivíduo pertencente a uma sociedade realiza a circularidade cultural de uma maneira diferenciada, mas esta "circularidade cultural" efetivamente existe e não pode ser ignorada – ela é um traço característico, poderíamos dizer, do vasto oceano social que, embora complexo e multi-diversificado, nesse aspecto específico, projeta-se em cada gota d'água. A dicotomia entre "cultura oficial" e "cultura popular" é, neste caso, um falso problema. O que se coloca é o problema da circularidade cultural, que se realiza de infinitas maneiras, mas que de fato se realiza como um processo característico de sociedades como as do Ocidente Cristão.[2] É verdade que, ao perseguir o moleiro Menocchio na sua trajetória herética, Carlo Ginzburg também

[2] Mikhail Bakhtin, aliás, é um autor muito festejado, mas freqüentemente mal compreendido. Examinam *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento* como se esta obra estivesse preocupada essencialmente em delimitar esta dicotomia que opõe "popular" e "erudito" – quando na verdade o que Bakhtin pretende, de maneira hábil e sutil, é precisamente lançar luz sobre os *limites* desta dicotomia. Define estes pólos com clareza, mas logo a seguir demonstra como se processa a circularidade através da produção intelectual de François Rabelais. O contexto de produção da obra de Bakhtin é a Rússia stalinista, que também tenta impor um modelo rígido de ver e de agir no mundo – e já se aventou que a polêmica obra de Bakhtin sobre Rabelais esconde dentro de si esta polifonia que ensina que a circularidade cultural existe em qualquer sociedade, de mil maneiras que estão sempre expressando formas de resistência. Rabelais teria criticado a sociedade intelectual esclerosada de sua época, e Bakhtin maneira extremamente sutil – a sociedade stalinista em que vivia.

examina muitas outras questões igualmente importantes. Lança luz, por exemplo, sobre os limites da Inquisição – sobre seus níveis de tolerância e de intolerância (Menocchio foi poupado em um primeiro processo inquisitorial e foi condenado à morte em um segundo processo, anos depois, porque continuou a difundir suas idéias heréticas na sua prática cotidiana).

Ginburg, em *O queijo e os vermes*, aborda os mecanismos de rivalidade e solidariedade que atravessam esta peculiar sociedade italiana e que ficaram registrados nos inquéritos inquisitoriais – quando as testemunhas inquiridas pelos inquisidores silenciam, quando comprometem Menocchio propositalmente, quando o comprometem sem querer; ou quando o próprio Menocchio fala de seus diálogos com os indivíduos de sua aldeia expondo suas reações diversas. Percebemos ainda estes mecanismos, finalmente, pelo próprio fato de Menocchio ter sido poupado da primeira vez com apenas uma ligeira punição e levar anos até cair de novo nas malhas do Santo Ofício, apesar de ter prosseguido com a sua divulgação herética.

Todo este complexo tecido de depoimentos contraditórios foi rastreado pelo historiador Carlo Ginzburg não só para lhe revelar a rede de solidariedades e rivalidades que percorre esta pequena comunidade, como também para mostrar-lhe, a ele e a seus leitores, algo sobre o cotidiano dos camponeses naquela região do norte da Itália. A verdade é que Carlo Ginzburg consegue captar através da sua "gota d'água" algumas coisas que ao mesmo tempo são *específicas* na sua maneira de se expressarem e *generalizadas* no fato de se expressarem: circularidade cultural, solidariedade e rivalidade como expressão de micro-poderes, rigor e flexibilidade dos sistemas repressivos, mecanismos direcionados para converter a "diferença" quando isto é possível, e para "excluir" ou punir a diferença quando falha esta primeira possibilidade. Tudo isto, enfim, transparece através desta gota d'água que é o posicionamento de Menocchio na fronteira de uma "cultura popular" essencialmente oral e típica de seu mundo rural e uma "cultura letrada" típica das elites e percebida através de algumas leituras – situação potencializada pela possibilidade oferecida ao moleiro, de natureza imprudentemente loquaz para um homem de sua posição social, para dar vazão às suas idéias em um tribunal de Inquisição.

É a partir de exemplos como este que podemos dizer que a Micro-História lida com o fragmento como meio através do qual se

pretende enxergar uma questão social mais ampla ou um problema histórico ou cultural significativo. O fragmento é o que se apresenta ao historiador como caminho para realizar a sua "análise intensiva" ou a sua "descrição densa" (técnica antropológica com a qual dialoga a Micro-História). São muito comuns as escolhas de "vidas" ou de trajetórias individuais para a realização desta observação intensiva. Além do Menocchio de *O queijo e os vermes*, existem alguns outros exemplos igualmente significativos.

Por outro lado, tal como mencionamos anteriormente, devem ser consideradas outras possibilidades de micro-realidades a serem examinadas, que não somente as "vidas" individuais. Pode-se tomar como campo de observação, para a percepção de todo um regime do imaginário, uma determinada "prática" que era realizada por certo grupo social em uma comunidade historicamente realizada. Foi o que Carlo Ginzburg empreendeu em uma obra de 1966, intitulada *Os andarilhos do bem* (1991), ao estudar os sabás mencionados por aqueles inquéritos de Inquisição em que são investigados os indivíduos pertencentes a determinado grupo (os *benandanti*).

A escolha micro-historiográfica também pode incidir sobre determinada comunidade micro-localizada, mas, tal como já dissemos, nunca o verdadeiro objeto de que se ocupa o historiador será a comunidade em si mesma, como seria o caso da História local, e, sim, determinado aspecto que incide transversalmente sobre esta comunidade. Por exemplo, pode-se pretender estudar os efeitos do centralismo estatal do princípio da Idade Moderna em uma aldeia do interior ou de importância periférica em um país europeu (já que para esta época são muito conhecidos os efeitos do centralismo nas grandes cidades e capitais, mas não tão conhecidos os seus efeitos nas cidades menores). De todo o modo, conforme já foi ressaltado, a escolha do micro-recorte, não deve ser confundida com o estudo de caso e tampouco com o recorte monográfico – este que é, na verdade, realizado pelo historiador que trabalha com qualquer enfoque ou abordagem para tornar viável uma pesquisa direcionada. No caso da Micro-História, não se trata de recortar para permitir uma análise viável (isto, de resto, é ponto pacífico em qualquer trabalho de pesquisa). O que ocorre é que o próprio recorte existe em função de um problema, é este recorte que *define* o problema. O problema e o recorte estão, de uma maneira ou de outra, intimamente ligados. Não se tem um problema anterior para o qual é

estabelecido um recorte no interesse de viabilizar a pesquisa, e nem se tem um recorte prévio dentro do qual vão surgindo os problemas que o historiador se empenhará em examinar (como no estudo de caso).

É o mesmo que ocorre com a "vida" ou com a "trajetória" de um ator social: não se trata de escolher um indivíduo a ser biografado como um fim em si mesmo. A vida está sendo examinada em função de um problema: Menocchio é escolhido por Carlo Ginzburg porque o seu processo inquisitorial permite trazer à tona determinado diálogo de culturas, certa prática marcada pela circularidade cultural, uma determinada rede de rivalidades e solidariedades, de medos e de expectativas que afloram a partir das práticas cotidianas recuperadas, das fantasias possíveis a um moleiro e das reações de inquisidores e testemunhas inquiridas a estas fantasias multi-circulares.

Outro aspecto importante a ser tratado quando falamos em Micro-História refere-se à maneira de construir o texto final que será oferecido ao leitor. A preocupação dos micro-historiadores em evitar generalizações simplificadoras os leva habitualmente a novos modos de estruturação do texto, que nem sempre coincidem com os que têm sido empregados pela historiografia tradicional. Com relação a isto, não é raro que os micro-historiadores experimentem efetivamente novos modos de exposição textual. A Micro-História tende a trabalhar com a idéia de que expor o texto de uma determinada maneira é favorecer certa maneira de ver, e por isto alguns dos principais expoentes desse novo modo de abordar a História costumam dar tanta importância aos aspectos mais propriamente literários de suas narrativas ou sínteses históricas.

Se suas fontes são inquéritos judiciais, ver-se-ão tentados a experimentar o modelo do inquérito na própria elaboração de seu trabalho final: deixarão que o leitor vivencie simultaneamente a experiência de inquisidor e inquirido, de investigador criminal e réu suspeito, por que isto favorecerá a percepção do dialogismo contido nas suas fontes, do entrechoque das muitas versões contrapostas e da possibilidade de tirar partido precisamente destas contradições.

Se sua investigação examina as vozes dos vários atores sociais que estão intervindo em uma determinada configuração histórica a ser examinada, talvez explorem a possibilidade de escrever um texto polifônico, no qual o ponto de vista vai se deslocando ao invés de ser apresentado como um ponto de vista unificado por um narrador exte-

rior que seria o historiador.

Se estiver trabalhando com certo regime de Imaginário, não hesitarão em explorar as próprias imagens que aparecem nesse regime como núcleos motivadores para seus capítulos. Natalie Davis, autora da polêmica obra *O retorno de Martim Guerre* (1987), não se sentiu constrangida em dar um tom novelesco à sua narrativa sobre um pequeno, mas curioso acontecimento, que abalara uma pequena aldeia italiana do século XVI. Em *Indagações sobre Piero*, Carlo Ginzburg adota propositalmente a forma do inquérito policial (GINZBURG, 1989). As experiências estão abertas.

Assim, pode-se dizer que existe uma tendência em alguns micro-historiadores a incorporar ao seu modo de enunciar – ou de registrar em texto o conhecimento histórico produzido – as idiossincrasias ou mesmo as limitações da documentação com a qual trabalha, e também os procedimentos da pesquisa, propriamente dita, e, até mesmo, as suas hesitações e tateamentos (que a macro-história tradicional costuma afastar da vista do leitor, como se empurrasse uma poeira incômoda que não pôde ser varrida para debaixo do tapete).

Dito de outra forma, o micro-historiador traz a nu, tanto as contradições e imprecisões de suas fontes, como as limitações de sua prática interpretativa, não se preocupando em ocultar as técnicas de persuasão que está utilizando e até mesmo declarando os pontos em que se está valendo de raciocínios conjecturais. Ele deixa claro, poderíamos dizer, o que há de construtivo nas suas construções interpretativas (enquanto isto, o modo de narrar da macro-história tradicional tende a apresentar as suas interpretações sob a forma de uma verdade que é enunciada objetivamente e de fora, ou pelo menos esta tem sido uma crítica muito presente entre os micro-historiadores ao modelo tradicional).

Estas experiências ao nível de construção final do texto micro-historiográfico não constituem uma regra, repetimos, mas apenas uma tendência. Uma vez que a Micro-História trabalha muito com as contradições dos atores sociais a serem investigados, com os discursos subjetivos, falseados e dialógicos, trazer estas subjetividades, estes falseamentos, este dialogismo para a superfície do texto final do historiador é uma possibilidade muito rica.

Um último ponto para compreender de maneira integral o que se propõe com a abordagem micro-historiográfica refere-se ao

seu tratamento intensivo das fontes, ao seu modo peculiar de ler os indícios a partir dos quais buscar-se-á construir uma realidade historiográfica e interpretá-la. O modo de tratar as fontes que predomina na Micro-História é aquele que Ginzburg (1994, p. 143) chamou de "paradigma indiciário". Implica também naquilo que se denomina "análise intensiva" das fontes. O que vem a ser isto?

Para empreender uma análise intensiva de suas fontes, o historiador deve estar atento a tudo, sobretudo aos pequenos detalhes. Uma vez que em diversas oportunidades ele estará trabalhando ao nível da realidade cotidiana, das trajetórias individuais, das estratégias que circulam sob uma extensa rede de micro-poderes na qual os atores sociais revelam-se em toda a sua humanidade possível, deve estar preparado concomitantemente para as contradições que irá enfrentar.

O ser humano só não é contraditório quando se reveste da formalidade pública ou privada, quando se esconde por trás de documentos oficiais, quando oferece ao público coerentes declarações públicas; ou então quando ele se transforma em um número na documentação explorada pela História serial de cunho quantitativo. O ser humano também perde as suas ambigüidades, as oscilações e tateamentos que se integram à sua vida individual e intersubjetiva quando se incorpora a uma multidão.

A multidão é espontânea; vista de fora e de cima ela realiza atos unidirecionais: avança para invadir um palácio de governo ou foge diante da polícia até que se dispersa e deixa de ser multidão; unifica-se no aplauso ou na vaia a um político ou a um artista (ao ouvi-la de longe, um espectador irá ignorar que possivelmente existem ali vozes minoritárias que silenciam ou aplaudem enquanto a maioria vaia, de modo que este se torna o ruído aparentemente unidirecional da multidão). Ao contemplarmos uma multidão em disparada, visualizamos um movimento homogêneo em uma única direção, e só perceberemos os indivíduos que caíram e foram pisoteados quando a multidão se afasta e deixa um clarão atrás de si; ou então se apontarmos para o meio do tumulto uma câmera dotada de objetiva, que é mais ou menos o recurso, metaforicamente falando, utilizado pelo micro-historiador.

Quando um indivíduo é focalizado na sua trajetória individual, nos seus gestos cotidianos, agindo sob pressão em certas circunstâncias, negociando a sua vida diária e o direito de prosseguir no seio de determinada comunidade ou ambiente social, escalando as suas

oportunidades no emprego ou desviando-se dos outros para evitar entrechoques definitivos, ou para reafirmar aqueles que são inevitáveis quando isto lhe convém. Nesses momentos, o indivíduo mostra-se humano em suas ações, experimentador, oscilante, ambíguo, com direito a ser contraditório, a refazer o seu caminho, a mentir, a se esquivar, a se arrepender das suas ações. Para inserir-se nas múltiplas redes de solidariedades deverá ser contraditório, poderá fazer inimigos ao se tornar amigo de outro, ou poderá conquistar o direito de se tornar simultaneamente amigo de dois inimigos administrando bem estas tensões.

Colocado na situação-limite de ser acusado de um crime, de ser inquirido por um inquisidor, ou mesmo de ser convocado como testemunha (quando terá de se pronunciar sobre algo que poderá afetar o grupo ou outros de seu campo de solidariedades) o indivíduo poderá ver potencializada ainda mais o seu caráter contraditório. Se a situação-limite envolve vários indivíduos, cada qual mergulhado na sua intersubjetividade e no seu circuito de ambigüidades pessoais, temos adicionalmente uma rede dialógica, polifônica, na qual estarão expressas diversas vozes a serem decifradas.

Muitas vezes, o historiador que trabalha com esse nível humano mais imediato, mais sublunar, precisará de uma argúcia especial. Pode ser que encontre as respostas nos detalhes aparentemente secundários, nos elementos que habitualmente são pouco percebidos (e que por isto mesmo são menos sujeitos a falseamentos). O criminoso na maior parte dos casos é apanhado a partir dos pequenos detalhes, já que os elementos que ele considera mais importantes são cuidadosamente ocultados após a execução do crime. Da mesma forma, um psicanalista vai decifrando a personalidade do seu paciente, que inevitavelmente irá mentir, a partir dos pequenos gestos, das hesitações de fala, das expressões que deixa escapar, dos atos falhos. Os pequenos gestos inconscientes e involuntários, para ele, serão muito mais eloqüentes do que qualquer atitude formal. Profissões como a de investigador policial ou de psicanalista (investigador de almas) pouco valeriam se aqueles que a elas se dedicam não fossem capazes de extrair a informação primordial do pequeno detalhe que normalmente passa desapercebido para os homens comuns. Vislumbramos, aqui, um novo modelo de investigação da realidade: o do micro-analista.

Os exemplos abundam na Literatura, que parece tê-los des-

coberto antes da Ciência. Modelo de micro-analista impecável é, por exemplo, um dos personagens do filme *O silêncio dos inocentes* – o psicanalista-canibal que é capaz de avaliar a origem de um indivíduo pelo seu sotaque, o seu estado de ânimo pelo ritmo respiratório, e que é capaz de ler as contradições entre um sapato caro e um "andar caipira", entre um modo de falar e o gesto que o acompanha. Outro micro-analista arguto, este citado por Carlo Ginzburg (1994, p. 143) em seu artigo sobre "o paradigma indiciário", é certamente Sherlock Holmes – o famoso detetive inventado pelo escritor Conan Doyle.

O detetive inglês era capaz de descobrir o autor de um crime apenas com base em indícios imperceptíveis para a maioria, incluindo entre suas habilidades desde a de interpretar pegadas na lama até a de decifrar metodicamente as cinzas de um cigarro – sem contar as habilidades psicanalíticas de enxergar a alma humana através do corpo, das quais se revelava possuidor ao decifrar rostos ou mesmo ao desvendar origens sociais e naturalidades a partir do discurso das vestimentas. Sherlock Holmes, enfim, era capaz de identificar e de conectar indícios aparentemente isolados para elaborar deduções magníficas.

O ancestral comum a Sherlock Holmes e ao psicanalista-canibal de *O silêncio dos inocentes* é certamente o célebre personagem de Voltaire chamado Zadig (1994), que não raro se metia em apuros por causa de sua inacreditável capacidade de enxergar o que ninguém via. Não satisfeito em identificar a espécie e o gênero de uma cadela que nunca vira, apenas a partir dos traços e pegadas que ela havia deixado na areia, Zadig ainda era capaz de perceber que ela manquejava de uma das pernas, já que as impressões deixadas na areia por uma das patas eram menos fundas do que as das outras três! Os exemplos abundam nessa obra ficcional de Voltaire, que constitui muito mais do que uma história curiosa. O que o filósofo iluminista estava sugerindo através de seu personagem era na verdade um novo paradigma de investigação que poderia ser aplicado não apenas na vida cotidiana, como também nas várias esferas do saber. Mas o desenvolvimento pleno desse "paradigma indiciário", tal como o chamou mais tarde o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg, ficaria a cargo dos séculos seguintes.

Aonde esses modelos nos levam? Em primeiro lugar, o micro-historiador que trabalha "ao rés do humano" tem que ter um pouco de Zadig, de Sherlock Holmes, ou do psicanalista-canibal que devora

almas. Quando ele lida com fontes de natureza dialógica, como os registros de inquisição ou como os inquéritos policiais, por vezes, terá de "espiar por cima dos ombros do inquisidor", como dizia Ginzburg (1990, p. 201), já que tanto o historiador como o inquisidor irmanam-se na intenção de empreender uma análise intensiva dos materiais que têm à sua disposição – o inquisidor contando com os contraditórios depoimentos orais de réus e testemunhas, o historiador tendo à sua disposição apenas o registro escrito destes depoimentos orais, já filtrados pela primeira percepção do inquisidor.

De igual maneira, ao examinar como fonte um inquérito policial, o historiador ver-se-á tentado a espiar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo. Ao preparar o campo para um trabalho sobre fontes de processos criminais do Rio de Janeiro do início do século XX, coligadas as notícias de jornais relativas aos crimes examinados, e chamando atenção para a rica quantidade de versões contraditórias com as quais o historiador há de se deparar, Sidney Chalhoub registra um procedimento-guia que vale a pena reproduzir:

> o fundamental em cada história abordada não é 'descobrir o que realmente se passou' [...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso (CHALHOUB, 1986, p. 22-23).

Assim, o autor revela que a riqueza de suas fontes está precisamente na natureza contraditória das várias versões de um crime, oriundas de depoimentos do réu, das testemunhas, de retificações nos depoimentos de um e de outros, de silêncios reveladores, e das leituras desses depoimentos empreendidas em âmbitos diferenciados como o judicial e o jornalístico:

> cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma *encruzilhada de muitas lutas*: de lutas de classes na sociedade, lutas estas que se revelam na tentativa sistemática da imprensa de estigmatizar os padrões comportamentais dos populares – estes 'brutos' – nas estratégias de controle social dos agentes policiais e judiciários, e também nas reações dos despossuídos a estes agentes – como por exemplo na atitude hostil dos populares em relação aos guardas-civis, ou na estratégia utilizada

> pelos estivadores amigos de Paschoal [o autor de um crime], e muitas vezes repetidas pelas testemunhas em outros autos, de 'sumirem' ao longo do andamento do processo, ou nos casos numerosos em que acusados e testemunhas denunciam maus-tratos; das contradições ou conflitos no interior do próprio aparato jurídico-repressivo – como por exemplo, no procedimento bastante comum dos juizes encarregados do interrogatório na pretoria no sentido de checar as condições em que foi elaborado o inquérito na delegacia de polícia (CHALHOUB, 1986, p. 23).

Abre espaços para inúmeras complexidades a 'situação-limite' de um crime que dará origem a um processo – no qual será investigado um suspeito, depois transformado em acusado e finalmente em réu, e no âmbito do qual serão ouvidas testemunhas que poderão ser simpáticas, neutras ou hostis ao acusado. Digno de nota é o fato de que os depoimentos de certos indivíduos – réus, acusadores ou testemunhas – poderão ser diferentes em um momento e outro, revelar ou ocultar estratégias, motivar-se em atitudes preventivas e arrependimentos, ou em receios de se verem comprometidos (tanto no que se refere ao réu como a algumas testemunhas) sem contar com as redes de solidariedades e rivalidades que processos como estes permitem que aflorem, com os preconceitos que encontram um terreno profícuo para se extravasarem.

Nem mencionaremos o fato de que, independente das estratégias e ações preventivas, a memória dos indivíduos é complexa e contraditória, ou ainda de que os boatos costumam influenciar o que um indivíduo sabe por alto até que ele jure que tem certeza de fato sobre algo que aconteceu. De todo modo, fontes como os processos criminais são ricas, precisamente porque são dialógicas – e se por vezes se mostram repletas de contradições a serem examinadas, são, por outro lado e por isso mesmo, reveladoras de humanidade. A tarefa do historiador, certamente, não será a de julgar um crime, mas avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar a partir da documentação detalhes que serão reveladores do cotidiano, do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das suas resistências, das suas práticas e modos de vida.

Pode-se dar ainda que o historiador encontre fontes dialógicas e ricas de indícios reveladores não apenas nos processos criminais relativos a indivíduos isolados. As sublevações e movimentos popula-

res também podem dar origem a processos e registros judiciais, haja vista que, quando não são bem sucedidas e mudam o curso da história de uma sociedade (transformando-se em "revoluções" propriamente ditas) as insurreições são quase sempre convertidas em crimes coletivos pelos seus repressores, gerando todo o aparato de registros e inquéritos criminais a que têm direito os crimes comuns.

Ciro Flamarion Cardoso (1990, p. 384), em uma frase feliz, ressaltava que "uma revolta que escapa à repressão escapa à história". Assim, as sublevações reprimidas, dada a massa de documentação que produzem após a sua debelação, podem gerar fontes preciosas para os historiadores. É o que vemos, por exemplo, em um dos capítulos de *Visões da liberdade*, de Sidney Chalhoub (2001), em que o autor analisa inquéritos sobre sublevações de escravos ocorridas no Rio de Janeiro entre 1870 e 1880. Os escravos, que habitualmente chegam aos historiadores como um número nos inventários das fazendas escravistas e inquéritos que apuram sublevações adquirem um rosto, um nome, características pessoais, visões de mundo que são pacientemente extraídas de seus inquiridores para documentar o processo repressivo.[3]

Ao lidar com estes tipos de fontes, ou com quaisquer outras que permitam uma análise intensiva e atenta aos pormenores, será preciso que o historiador comungue com a argúcia de um Sherlock Holmes, de um psicanalista devorador de almas, de um *expert* em falsificações que identifica a falsidade de um quadro não pelos seus traços principais – estes que são de resto cuidadosamente trabalhados pelo falsificador – mas sim pelos detalhes aparentemente insignificantes, e que por isto mesmo foram descuidados pelo falsificador da mesma maneira que um criminoso abandona inadvertidamente uma ponta de cigarro no local de um crime. É preciso examinar, nestes casos, "os pormenores mais negligenciáveis" (GINZBURG, 1994, p.144).

[3] Na obra citada, Chalhoub pretende recuperar o processo histórico de abolição da escravidão na Corte através da análise intensiva das lutas que se desenvolviam em torno das visões ou definições de liberdade e de cativeiro. Suas fontes são não apenas os já referidos inquéritos sobre sublevações de escravos, mas também toda uma sorte de outras fontes que incluem, além dos processos criminais e das ações cíveis de liberdade, também fontes literárias como os Tratados sobre a Escravidão e os relatos de viajantes escritos na época. A idéia, portanto, é interconectar fontes diversas, deixando que elas se iluminem reciprocamente (diferentemente de sua primeira obra – *Trabalho,lar e botequim* – na qual o autor procurou se restringir às fontes criminais e judiciais).

Essa atenção simultânea aos detalhes e pormenores, de um lado, e às muitas vozes de um texto ou às múltiplas versões de um processo, de outro, corresponde ao que estaremos chamando aqui de uma 'análise intensiva das fontes'. Freqüentemente, será necessário pôr as fontes a dialogar em registros de intertextualidade, deixar que uma ilumine a outra, permitir que seus silêncios falem e seus vazios se completem. O olhar micro-historiográfico necessita desta análise intensiva, incisiva, atenta tanto aos pequenos pormenores como às grandes conexões. Trabalha-se ao nível das contradições e ambigüidades – não *contra* estas ambigüidades, mas sim se tirando partido delas.

Finalizamos esse levantamento dos aspectos fundamentais da prática micro-historiográfica, lembrando mais uma vez que, no decurso desse artigo, a Micro-História foi tratada como uma abordagem, e não como uma corrente. Muitas das incompatibilidades, que alguns apontam entre essa abordagem e certos campos teóricos, estão ancoradas precisamente na incompreensão de que a Micro-História é abordagem e não campo teórico ou corrente historiográfica. Confunde-se, por exemplo, os posicionamentos teóricos de alguns dos principais micro-historiadores (que são seus posicionamentos singulares, não necessariamente por serem micro-historiadores) com o campo mais específico da abordagem micro-historiográfica. Mas esta é outra questão, à qual poderemos retornar em outra oportunidade.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Cultura popular na idade média e no renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion; Héctor P. BRIGNOLI. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasilense, 1986.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz

e Terra, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Indagações sobre Piero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.143-179.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Brasília: EdUnB, 1992.

VOLTAIRE. *Zadig ou o Destino*: história oriental. São Paulo: Vozes, 1994.

Artigo recebido em junho2007 e aceito para publicação em agosto 2007.